

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Artur Ferreira Silva, NIF 151746230, BI 978530, Endereço: Rua dos Tanoeiros, N.º 493, 1.º, Esmoriz, 3885-567 Ovar.

Insolvente: Cristina Alves Pinto Reis Silva, NIF 151746249, BI 1934348, Endereço: Rua dos Tanoeiros, 493 — 1.º, Esmoriz, 3885-567 Ovar.

Administrador Insolvência: Dr(a). Alexina Vila Maior, Endereço: R. Conselheiro Luís de Magalhães, 64-4.º Sala AF, 3800-239 Aveiro.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

O encerramento do processo foi declarado com fundamento na ausência de bens e, após trânsito do presente despacho, tem início o período de cessão do rendimento disponível dos insolventes, nos termos do art.º 239.º, n.º 2 do CIRE.

21-02-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Monteiro*.

304379163

#### Anúncio n.º 3354/2011

##### Processo: 2148/09.7T2AVR Insolvência pessoa colectiva (Apresentação) N/Referência: 10586482

Insolvente: S. M. Silva & Ministro, L.ª  
Credor: ACAIL, S. A. e outro(s)

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: S. M. Silva & Ministro, L.ª, número de identificação fiscal 502953241, Endereço: Rua Tomé Barros Queirós, Quintãs, 3800-000 Aveiro.

Administrador Insolvência: Dr. Rui Castro Lima, Endereço: Rua Combatentes da Grande Guerra, 29, 3810-087 Aveiro.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por:

Insuficiência da massa insolvente para satisfação das custas do processo e das restantes dívidas da massa insolvente e ordenado por despacho de 22-02-2011 — artigo 232.º, n.º 2 e 7 do CIRE.

23-02-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Monteiro*.

304391807

#### Anúncio n.º 3355/2011

##### Processo: 1884/10.0T2AVR — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: SIVAL — Gessos Especiais, L.ª  
Insolvente: ARGASINAS, L.ª

##### Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

Na Comarca do Baixo Vouga, Juízo do Comércio de Aveiro, no dia 14-02-2011, às 16h00, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

ARGASINAS, L.ª, NIF — 508621020, Endereço: Zona Industrial de Albergaria-a-Velha, Lote 44, 3850-184 Albergaria-a-Velha, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. António Teixeira Gonçalves, Endereço: Praça da Alegria, 38, 1.º, 4050-028 Porto.

É gerente do devedora/insolvente: Artur Jorge Freire da Gama Leirós, Endereço: Rua do Seixal, 95, Bonfim, 4000-521 Porto. a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

25-02-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Monteiro*.

304400149

#### Anúncio n.º 3356/2011

##### Processo: 744/10.9T2AVR Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Diaman — Material Diamantado, L.ª  
Insolvente: Indugrama — Ind. de Granitos e Mármore, L.ª

##### Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Comarca do Baixo Vouga, Aveiro — Juízo do Comércio de Aveiro, no dia 24-02-2011, às 15:45 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Indugrama — Ind. de Granitos e Mármore, L.ª, NIF — 504045652, Endereço: Rua N.º 5 da Zona Industrial da Mota, Gafanha da Encarnação, 3830-000 Ílhavo, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Dr. Mariano Pires, Endereço: Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 47-1.º, 3810-087 Aveiro

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

25-02-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Fernanda Soutinho*.

304401907

#### Anúncio n.º 3357/2011

##### Processo: 2172/10.7T2AVR

Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

N/Referência: 10665958

Requerente: Pramadeira — Máquinas e Ferramentas, S. A.  
Insolvente: Gaulmóveis — Fab. Com. Móveis, S. A.

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

Na Comarca do Baixo Vouga, Juízo do Comércio de Aveiro, no dia 01-03-2011, às 10h20, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Gaulmóveis — Fab. Com. Móveis, S. A., NIF — 505766531, Endereço: Lugar da Corga, Recardães, 3750-726 Águeda. com sede na morada indicada.

É administradora da devedora/insolvente: Cristina Maria dos Santos Ferreira Soares, Endereço: Lugar de Corga, 3750-726 Águeda. a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Olívia Sousa Passos Mira, Endereço: Rua Bombeiros Voluntários, 12 B M, 2.º EP, Apartado 238, 3750-138 Águeda.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 29-04-2011, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

#### Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas

da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

2 de Março de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Monteiro*.

304416893

#### Anúncio n.º 3358/2011

#### Insolvência Pessoa Singular (Apresentação)

Proc.: 246/10.3T2AVR — Referência: 10698055

#### Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário

Nos autos de Insolvência acima identificados em que são: insolventes: António José Ferreira Rodrigues, casado, nascido a 23-11-1960, natural de Angola, com nacionalidade Portuguesa, NIF — 174.687.958, BI — 8372828; e Amélia Fernanda Alves de Oliveira, casada, nascida a 23-11-1960, natural de Albergaria-a-Velha, NIF — 134.279.352, endereço: Rua 1.º de Maio, Entrada 3 — 2.º Dto. Traseiras N — 3850.003 Albergaria-a-Velha; administradora da insolvência: Lic. Vera Lúcia Ladeira Rodrigues, endereço: Rua Luís Vaz de Camões — Carvalhais — Moita, 3780-476 Anadia.

Ficam notificados todos os Interessados de que no processo supra-identificado foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante. Para exercer as funções de Fiduciário foi nomeada: Vera Lúcia Ladeira Rodrigues (administradora da insolvência).

Durante o período de cessão (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), os Devedores ficam obrigados a: não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o Tribunal e o Fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado; não recusar desrazoavelmente algum emprego para que seja apto; entregar imediatamente ao Fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão; informar o Tribunal e o Fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência; não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do Fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

04-03-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Jorge Duarte*.

304427569

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BENAVENTE

#### Anúncio n.º 3359/2011

#### Proc. 184/11.2TBBNV

No Tribunal Judicial de Benavente, 2.º Juízo de Benavente, no dia 25-02-2011, às 16.00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

António Faria David, estado civil: Casado (regime: Desconhecido), nascido em 19-10-1963, concelho de Lisboa, freguesia de São Sebastião da Pedreira, NIF — 141320540, BI — 6573479, Endereço: R. Antonio Joaquim Alves Inácio, N.º 67, Santo Estêvão, 2130-000 Benavente com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Maria Teresa Martins Revês, Endereço: Estrada de Benfica, 388 — 2.º Esq, 1500-001 Lisboa

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.